STJ00081833

SUMÁRIO

NOTA À 4.ª EDIÇÃO 9

NOTA À 3.ª EDIÇÃO 11

NOTA À 2.ª EDIÇÃO 13

PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO – Thereza Alvim e Arruda Alvim 15

INTRODUÇÃO 21

1. A SENTENÇA CIVIL COMO TÍTULO EXECUTIVO 29
   - 1.1 A sentença civil e a regra do art. 162 do CPC 29
   - 1.2 As sentenças declaratória, condenatória, constitutiva, mandamental e executiva *lato sensu* – Natureza da sentença prevista no art. 475-J do CPC 36
   - 1.3 Sentença declaratória e a regra do art. 475-N, I, do CPC 39
   - 1.4 A sentença condenatória e a Lei 11.232/2005 44
   - 1.5 Análise comparativa das sentenças que determinam o pagamento de soma em dinheiro (art. 475-J e ss.) e das sentenças que determinam o cumprimento de dever de fazer, não fazer e entregar coisa (arts. 461 e 461-A) 47
   - 1.6 Condenação, liquidação e execução no mesmo processo: ações sucessivas, na mesma relação jurídica processual 50

2. O INSTITUTO DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NA HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO E NO DIREITO ESTRANGEIRO 53
   - 2.1 Breve histórico do instituto no direito brasileiro 53
   - 2.2 Direito estrangeiro 54
     - 2.2.1 Direito italiano 55
     - 2.2.2 Direito alemão 58
     - 2.2.3 Direito português 59
     - 2.2.4 Direito espanhol 63
     - 2.2.5 Direito argentino 65
   - 2.3 Tendências do processo civil latino-americano 66

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. TÉCNICAS DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NO CPC BRASILEIRO 70

3.1 O modelo de liquidação de sentença adotado pelo Código de Processo Civil 70

3.2 Natureza jurídica 74

3.2.1 Nova ação no mesmo processo ou procedimento? 74

3.2.2 Autonomia da ação de liquidação de sentença, tanto em relação à ação de conhecimento que lhe é anterior, quanto em relação à ação de execução que lhe é posterior 86

3.2.3 Natureza da liquidação de sentença, após a Reforma da Lei 11.232/2005 – A ação de liquidação, no contexto do processo sincrético 98

3.3 Sentença – Necessidade de liquidez 99

3.3.1 Considerações gerais 99

3.3.2 Pedido genérico 99

3.3.3 Pedido certo e sentença ilíquida – Pedido genérico e sentença líquida 101

3.3.4 Vedação de proferimento de sentença ilíquida, na hipótese do art. 475-A, § 3.º, do CPC – Algumas hipóteses de rito sumário (art. 275, II, *d* e e) 105

3.4 Espécies de liquidação de sentença 106

3.4.1 Liquidação por arbitramento 109

3.4.2 Liquidação por artigos 112

3.4.3 Possibilidade de julgamento antecipado da liquidação 114

3.4.4 Apuração de prejuízos – Art. 811 (cautelar) – Arts. 627, 633 e 638 (execução de fazer ou não fazer) 115

3.4.5 Possibilidade de opção pelo procedimento – A Súmula 344 do STJ 116

3.5 Procedimento da liquidação de sentença 123

3.5.1 Objeto litigioso na liquidação – Requerimento (*rectius*, pedido) de liquidação 123

3.5.2 Liquidação "provisória" 127

3.5.3 Intimação do réu 129

3.5.4 Ônus da prova e liquidação de sentença 134

3.5.5 Liquidação que chega a valor igual a zero – Hipótese de improcedência do pedido de liquidação 138

3.5.6 Natureza da decisão que julga a liquidação (art. 475-H) – Coisa julgada – Cabimento de ação rescisória – Possibilidade de interposição de embargos infringentes do acórdão que julga agravo interposto dessa decisão 147

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.6 Liquidação de sentença e coisa julgada 149
3.6.1 Impossibilidade de desrespeito à coisa julgada que se opera tanto sobre a sentença liquidanda (1.ª coisa julgada) quanto sobre a decisão que julga a liquidação (2.ª coisa julgada), ou à sentença liquidanda, ainda que não transitada em julgado 149
3.6.2 Fato novo, ocorrido após o término da liquidação, que altera a quantia exequenda 164
3.7 Liquidação de outros títulos executivos judiciais 167
3.7.1 Considerações gerais 167
3.7.2 A liquidação da sentença penal – A Lei 11.719, de 20 de junho de 2008 167
3.7.3 Liquidação de sentença arbitral – Admissibilidade e peculiaridades procedimentais 175
3.8 As questões ligadas à execução específica convertida em execução genérica e ao Termo de Ajustamento de Conduta 177

4. A APURAÇÃO DO VALOR POR CÁLCULO (CPC, art. 475-B) 179
4.1 Incidente no início da fase de cumprimento da sentença 179
4.2 Controle jurisdicional da memória de cálculo apresentada pelo credor – Matéria de ordem pública – A questão do contraditório 185
4.3 A objeção de execução (ou de pré-executividade) 195
4.4 Confecção dos cálculos pelo contador do juízo – Particularidades procedimentais 202
4.5 Requisição de dados necessários para a confecção da memória de cálculo 205
4.6 Inaplicabilidade do art. 475-B do CPC à execução contra a Fazenda Pública 208

5. OUTRAS QUESTÕES RELATIVAS À LIQUIDAÇÃO E À ATUALIZAÇÃO DA QUANTIA EXEQUENDA NO CURSO DA EXECUÇÃO 214
5.1 Atualização do valor em execução, no curso da fase de cumprimento – Ônus do credor? 214
5.2 Desnecessidade de nova citação, após a atualização do valor – Descabimento de honorários advocatícios 215
5.3 Recurso cabível contra a decisão que aprova contas de atualização 216

6. A PREVISÃO LEGAL DE INEXISTÊNCIA DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NOS JUIZADOS ESPECIAIS – LEIS 9.099/1995 E 10.259/2001 223
6.1 Competência dos Juizados Especiais e acesso à Justiça 223
6.2 Proibição de sentença ilíquida, ainda que genérico o pedido 230

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.3 Princípios a serem observados na definição do *quantum debeatur* 232
6.4 O juízo de equidade na apuração do valor da condenação 239

7. TEORIA GERAL DAS AÇÕES COLETIVAS – LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DA SENTENÇA COLETIVA 241

7.1 Teoria geral das ações coletivas 241
7.1.1 Considerações gerais 241
7.1.2 Direitos coletivos *lato sensu* 244
7.1.2.1 Direitos difusos 247
7.1.2.2 Direitos coletivos 255
7.1.2.3 Direitos individuais homogêneos 256
7.1.2.4 Especialmente as relações jurídicas tributárias 264
7.1.3 Legitimidade para as ações coletivas 276
7.1.4 A discutível questão da legitimidade do Ministério Público para as ações relativas a direitos individuais homogêneos 280
7.1.5 Coisa julgada coletiva – Contornos 292
7.2 Liquidação de sentença coletiva 308
7.2.1 Condenação genérica e necessidade de liquidação 308
7.2.2 Objeto da liquidação individual da sentença coletiva 309
7.2.3 Apuração por mero cálculo – Impossibilidade 310
7.2.4 Legitimados ativos para a liquidação da sentença. Liquidação individual da sentença coletiva e liquidação coletiva 311
7.2.5 Particularidades da liquidação da sentença coletiva decorrentes da finalidade da indenização 314
7.2.6 Procedimento da liquidação: prova de fato novo e arbitramento 316
7.2.7 Constituição do fundo de defesa dos direitos difusos 323

REFLEXÕES FINAIS 325

BIBLIOGRAFIA 343

ÍNDICE LEGISLATIVO 363

ÍNDICE ONOMÁSTICO 367

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO 373

OBRAS DO AUTOR 381

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br